



Orçamento Regionalizado

Catarinenses elegem obras e serviços prioritários para 2006



Durante cinco dias – de 6 a 10 de junho –, duas equipes integradas por técnicos do Poder Legislativo e representantes do Poder Executivo percorreram o Estado para, juntamente com os deputados, colher junto à sociedade organizada, em audiências públicas, a relação de serviços, obras e políticas públicas específicas que devem ser incluídos na peça orçamentária do próximo ano.

As prioridades eleitas pelos municípios abrangidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional serão sistematizadas pela Comissão do Orçamento Regionalizado para integrar o Projeto da Lei Orçamentária Anual referente a 2006.

Páginas 6, 7, 8, 9, 10 e 11



Audiência pública

No dia 20, às 10 horas, no Plenário, por solicitação do deputado Onofre Agostini (PFL), professores, estudantes, agentes públicos e deputados discutem encaminhamentos para unificar as datas dos vestibulares nas universidades públicas do Estado.

TVAl Informa

De segunda a sexta-feira, às 18h30min, uma hora de informações sobre os fatos do dia no Parlamento catarinense.

OR mais um ano de resistência

A ideia do OR (Orçamento Regionalizado), criado em 1997 através de lei proposta pelo então deputado Carlito Merss (PT), vem resistindo, apesar de todo o processo de desgaste e de falta de credibilidade por que tem passado.

As propostas definidas como prioridades pelas comunidades, segundo a Constituição Estadual, deveriam ter precedência na alocação dos recursos em relação a quaisquer outros projetos ou obras definidos pelo Governo do Estado.

No entanto, tal situação nunca foi respeitada pelos governantes. Isso porque há os que governam de forma eminentemente patrimonialista, clientelista e centralizadora, de forma a rejeitar na origem o Orçamento Regionalizado, como foi o governo Esperidião Amin. Por outro lado, há os que governam sob o discurso da descentralização, mas que no fundo adotam práticas que vêm na contramão desse ideário, como é o caso do atual governo, que recentemente sancionou o projeto do Fundo Social. Através do Fundo, limita a decisão da aplicação de recursos em áreas sociais, como saúde, educação e segurança pública, não à sociedade, mas a um Conselho Gestor formado, passem, por secretários de Estado, desmerecendo toda e qualquer iniciativa de decisão coletiva sobre a

aplicação dos recursos públicos.

O governo Luiz Henrique da Silveira, muito embora, na retórica, tenha concordado em realizar o Orçamento Regionalizado de forma conjunta com o Poder Legislativo, na prática, demonstra que não o valoriza, quando, do total de propostas incluídas no Orçamento para 2004, apenas 2% representaram propostas inéditas que não tinham sido previamente definidas pelo Governo do Estado e seus Conselhos de Desenvolvimento Regional.

Outro aspecto que observamos foi que, pela análise da execução do Orçamento Regionalizado no ano de 2004, do total de propostas, em 42% delas o governo não aplicou nenhum centavo e somente em 31% houve aplicação de recursos, em outros 22% a aplicação foi parcial.

Com isso tudo, fica marcante o pouco empenho que o governo LHS tem no processo de execução do Orçamento Regionalizado, pois, se por um lado ele afirma atender as propostas incluindo-as nos Orçamentos, por outro, não prioriza, assim como determina a Constituição Estadual, a aplicação de recursos nas ações definidas democraticamente pela maioria da sociedade catarinense.

Deputado Paulo Eccel (PT)

Denúncias de políticos na mídia

Muito se poderia escrever sobre a corrupção de alguns políticos brasileiros, a repulsa causada na população e os problemas criados, para nós deputados, pois a população está extasiada com o disparate e a ousadia de políticos que estão por detrás das falcatruas cometidas por indivíduos que se escondem nos cargos de confiança. Nesse momento, o que dizer? Vamos questionar e buscar caminhos.

Parece-nos, ao primeiro olhar, que todos somos corruptos e só estamos aguardando a oportunidade de avançar no erário, conseqüentemente no dinheiro dos impostos que cada brasileiro, com o suor de seu trabalho, recolhe aos cofres públicos para retornar em benefício da população através de obras e serviços. Assim, uns pagam mais, outros menos, mas no cômputo geral, todo o recolhimento está visando o bem comum. Infelizmente, não é desta forma que a coisa tem acontecido. Muitos podem dizer que sempre foi assim. Antes não era divulgado e hoje, em função da velocidade da mídia eletrônica, não há mais segredos entre quatro paredes públicas. Há necessidade e urgência em separar o joio do trigo. É preciso que os corruptos, detentores de mandato público, sejam desmascarados, encarcerados e paguem o que subtraíram da população brasileira.

Quem deve punir? O Poder Judiciário constitucionalmente competente para tal fim. Quem

deve denunciar? Cada cidadão que detiver a informação e as provas tem por obrigação de denunciar ao Ministério Público ou diretamente ao Judiciário. Esta é a única forma de banimento clássico e dentro da lei. Não podemos e nem queremos imaginar um país sem democracia, somente, pela falta de escrúpulos de detentores do poder que traem a confiança do voto. Esses, não medem as conseqüências nefastas para o bem social e nem estão interessados no futuro dos brasileiros.

Não confiam no poder do povo e não acreditam na justiça, por isso, roubam o povo para tentar comprar a liberdade. Precisamos ir em frente e limpar esse lamaçal que está impregnado no meio político e também no seio da população. É do povo que vêm os políticos, corruptos ou não. São representantes do povo, mas, aqueles não trabalham para o povo. Hoje, apesar da alienação política, cada vez mais marcantes na sociedade e da ojeriza que muitos dizem ter por política, não vejo outro caminho para o fortalecimento da democracia, a não ser a participação efetiva de cada pessoa nos partidos políticos. Só assim, o conhecimento sobre as pessoas, seus caracteres e suas obras vêm ao domínio público e o julgamento para indicativo eleitoral, será bem mais confiável. A universalidade participativa deve fazer a diferença que estamos precisando, nos municípios, nos estados e no Brasil.

Deputado Lício Mauro da Silveira (PP)

Escola propõe convênio com cursos de Direito

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) e o presidente da Escola do Legislativo, Celestino Secco (PP), reuniram-se na segunda-feira (13) com representantes de cinco universidades do Estado para propor um convênio entre a Escola e os cursos de Direito das instituições representadas. O objetivo é proporcionar conhecimento aprofundado dos processos legislativos e do funcionamento do Parlamento catarinense.

O deputado Blasi sugeriu o convênio e sugeriu que os alunos assistissem às reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo. "A convivência com o meio acadêmico também vai qualificar o Parlamen-

to" destacou Secco. Ele anunciou que apresentará ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), projeto de resolução criando, no âmbito da Escola do Legislativo, um prêmio em reconhecimento a trabalhos científicos produzidos por acadêmicos sobre a Assembléia Legislativa, ou temas ligados a ele. Depois, a sugestão será submetida à aprovação da Mesa e posteriormente à votação em Plenário.

Estavam presentes representantes da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina), Univali (Universidade do Vale do Itajaí), Universidade Estácio de Sá e Cesusc (Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina). (MAP)

Agenda

Dia 20, 10h - Comissão de Educação - Audiência pública para discutir e tomar posição em relação à unificação das datas de realização dos vestibulares em universidades públicas em Santa Catarina.

Local: Plenário

Dia 20, 19h - Reunião extraordinária da Comissão de Educação para lançamento oficial da Lei nº 13.303/05, que autoriza a Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia a afixar nas salas de aula aviso com telefones para denunciar abuso contra menores.

Local: Plenário

Dia 21, 19h - Sessão solene em homenagem aos 60 anos do Tribunal Regional Eleitoral

Local: Plenário

Dia 22, 9h - Comissão de Saúde - Audiência pública sobre perícia médica

Local: Plenário

Dia 22, 19h - Lançamento do projeto "Cinema para quem quer cinema"

Local: Plenário

Dia 23, 19h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiências públicas "Águas e saneamento"

Local: Câmara de Vereadores de Chapecó

Dia 24, 19h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiências públicas "Águas e saneamento"

Local: Câmara de Vereadores de Caçador

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sacht, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Legislativo homenageia Mário Costa

Obra

Em exposições nacionais de artes plásticas, seus trabalhos receberam três medalhas de ouro e duas de prata. Publicou o livro de contos *Marca do Tempo*. Participou de três antologias: *Os Dez Mandamentos*, com o conto A Rota da Morte; *Circulo de Mistérios*, com Conto Policial Catarinense e O Caso do Espelho Veneziano e o livro *Nossos Melhores Contos*, com O Padre Falou... Tá Falado. Participou com o conto A Ceia, da antologia *Contos de Natal*.

Já produziu 98 trabalhos, incluindo contos, críticas e ensaios, entre eles Coisas da Bíblia, A Busca da Unidade, a História dos Papas, Crer ou Crer e Língua Brasileira. Em breve vai lançar o romance *Conexão Brasil*, com publicação internacional, *A Cara e a Coragem de Genuíno Tavares*, *Cicatrizes* e a novela *O Fotógrafo*, edição bilíngüe. A qualidade literária do autor fica evidente na narrativa que alcança os padrões musicais da escrita.

Na Galeria de Arte Meyer Filho, durante a noite da homenagem foi realizada uma exposição de obras de arte do homenageado, com predominância de quadros expressionistas, em óleo sobre tela, esculturas em madeira e uma exposição de livros que tiveram exemplares doados pelo autor ao acervo da Assembleia Legislativa. Costa participou de estudos com Aldo Beck, Hassis, Dimas Rosa e Sylvio Plétikos.

Publicou os livros *Antônio Moniz de Aragão - Uma vida e um exemplo - Mémórias Biográficas*, com base no depoimento do ex-presidente da ACM, Remaclo Fischer Júnior; *Marcas do Tempo - contos médicos*; e *A Testemunha*, com o qual ganhou o Prêmio Virgílio Várzea de Contos. (MOR)



Mário Costa recebe a placa dos deputados Francisco Küster e João Henrique Blasi

homenageado e reverenciou "uma trajetória de vida só com curvas ascendentes, com talento polivalente".

Falando em nome das entidades que prestaram a homenagem, o presidente da Academia Catarinense de Medicina, Nelson Grisard, sublinhou a sensibilidade como uma das marcas de Costa, além de ser um incansável pesquisador da história. "Como médico, o homenageado evitou e recuperou, com dedicação e afinco, a surdez de centenas de crianças em nosso Estado. Cada paciente recuperado era motivo de muita alegria para ele".

Agradecimento - Dizendo-se comovido com as palavras elogiosas, Costa afirmou que "era como tantos foram, tantos são e tantos serão: um mé-

dico". "Nada fiz que me destacasse de meus pares no exercício da profissão. Sempre exerci a profissão com a mente voltada ao cumprimento do dever". Mário Costa disse que concordou com a homenagem, pois entende que não está sendo homenageado como médico, artista plástico ou literato, "mas sim como um homem que teve a sorte de ser livre, livre o bastante para escolher um ofício, para participar do convívio social, sonhar e escrever seus livros, pintar ou esculpir seus sonhos". E prosseguiu, "o que se homenageia aqui é o próprio conceito da liberdade na sua majestosa vastidão". Clamou que a sociedade obrigue a contribuir e oferecer ao cidadão bem-intencionado as ferramentas que lhe permitam transformar suas metas em realidade palpável e consistente.

Garcia pede medidas urgentes para o setor arrozeiro

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), em caminho à moção ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e ao Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando intervenção urgente para equacionar a grave crise que atinge os produtores de arroz, no país e em Santa Catarina, de maneira mais intensa. Ele sugere que haja a compra do produto pelo governo federal para manter o estoque regulador; num acordo para a prática de preço mínimo, incentivo eficaz e concreto ao consumo e a adoção de medidas restritivas à importação do produto.

Garcia enfatiza que esta é uma crise sem precedentes no setor arrozeiro, que acumula prejuízos na ordem de 40% por saca do produto comercializado a R\$ 19 e apresenta um custo de produção entre R\$ 28 e R\$ 30. "Esta situação não está permitindo que os produtores saldem suas dívidas decorrentes da

aquisição de implementos agrícolas, novas áreas de plantio e outros investimentos", explica o parlamentar. Segundo ele, a produção nacional de arroz superou o consumo dos brasileiros nos últimos três anos, o que, somado à pressão da oferta internacional de países como Uruguai e Argentina, reduziu o preço do produto. "É necessário e urgente que o governo federal disponibilize instrumentos de política agrícola que permitam a recuperação do setor arrozeiro, que atinge fortemente a economia catarinense", defende Garcia. Nas últimas semanas, os deputados Joares Ponticelli (PP) e Manoel Mota (PMDB), também vinham alertando em Plenário para os problemas do setor.

Audiência - Além da moção, Garcia propôs a realização da audiência pública, marcada para o próximo dia 27, a partir das 13h30min, no Plenário, para discutir as possibilidades de solução. (SD)

Alesc recebe relatório do TCE

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu na tarde de segunda-feira (13), das mãos do presidente em exercício do TCE (Tribunal de Contas), José Carlos Pacheco, e do conselheiro Gilson dos Santos, relator do processo que trata das Contas de 2004, o parecer que recomenda a aprovação das contas relativas ao segundo ano da gestão do governo Luiz Henrique da Silveira. O parecer faz oito ressalvas e 15 recomendações ao Executivo.

Segundo o relator, o destaque é para a aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde em percentual inferior. "A apreciação do relatório é algo muito comple-



Garcia remeteu parecer entregue pelos conselheiros à Comissão de Finanças

xo e junto com a nossa apreciação estão os relatórios do Legislativo e do Ministério Público. O governo cumpriu o que estabelece a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Não atingiu o máximo, entretanto, passou do prudencial".

Garcia informou sobre a tramitação do parecer pré-

vio do TCE. "O parecer tramitará na Comissão de Finanças e depois irá a Plenário para aprovação". Já para Pacheco, que será o relator do parecer das contas de 2005, a função do TCE foi cumprida. "Fizemos a nossa função estabelecida pela Constituição. Caso seja necessário, o relator estará à disposição desta Casa". (DAB)

Audiência discute formação superior para profissionais do trânsito

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A inclusão de um profissional de nível superior com formação específica em Administração e Segurança de Trânsito em Órgãos de Ensino, Direção, Julgamento e Fiscalização de Trânsito, nas repartições públicas e privadas foi discutida em audiência pública realizada na manhã do dia 14. O debate, promovido pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Afrânio Boppé (PT), foi requerido pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), autor do projeto de lei nº 231/04, que institui a exigência. A proposta nasceu de sugestão encaminhada por alunos da Univali.

Participaram o deputado Francisco Küster (PSDB), o presidente do Icetran (Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes), professor José Leles de Souza, o chefe do Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal/SC (representando alunos da Univali), Arcelino Antônio de Campos, o coordenador de Cursos da Univali, professor Marison Luiz Soares, professor de legislação da Univali, professor Sidnei Schmidt e pela coordenadora dos cursos de pós-graduação da Univali, professora Maria Graziela, além de estudantes, proprietários e técnicos de centros de formação de condutores, professores, vereadores, policiais militares, civis e patrulheiros federais.

Dentinho, ao abrir o encontro, ex-



Valorização do profissional e humanização do trânsito foram assuntos abordados

plicou que o projeto recebeu voto contrário do relator João Henrique Blasi (PMDB), na Comissão de Constituição e Justiça, e foi transformado num substitutivo global alicerçado pelas sugestões e conclusões do debate. Segundo o presidente do Icetran, José Leles de Souza, a proposição dos alunos da Univali e do deputado Dentinho tem como objetivo organizar as funções. Não se trata, conforme assinalou, de criar cargos ou profissões, mas de valorizar o profissional com qualificação para gerir o sistema de trânsito. "O mo-

torista habilitado pelas mãos de um profissional qualificado vai colaborar muito para que as tristes estatísticas pelo menos diminuam e vidas deixem de ser ceifadas", afirmou Dentinho. Para Souza, o trânsito não pode ser tratado como uma questão "meramente política, mas sim como politicamente técnica".

Para profissionalizar a área, o deputado Küster considera importante acabar com o fisiologismo e apadrinhamento no serviço público. "Assim, teremos condições de colocar esses profissionais", assinalou o parlamentar.

Univali - Representando os alunos da Univali, Arcelino de Campos disse que há muito o que fazer na área do trânsito no país e, em especial, no Estado. "No Rio Grande do Sul foi criado pela Assembléia Legislativa, o dia de acidente zero e nós não conseguimos implantar um projeto que obrigue que profissionais qualificados para gerir e administrar o sistema de trânsito, bem como aquelas que vão ensinar sobre o assunto tenha formação específica. Mas, agora, com a participação da Assembléia Legislativa, esperamos que tenhamos dado o passo certo para essa conquista", enfatizou.

O coordenador de cursos da Univali, Marison Luiz Soares, afirmou que a instituição não está fazendo nada mais do que preconiza sua missão e endossou as manifestações anteriores. "Nada mais justo do que contemplar um profissional que estudou e se aplicou em propostas concretas e a ele destinar os cargos específicos em matéria de trânsito, seja em órgãos públicos ou empresas privadas", disse, informando que na Univali mais de 880 alunos estão estudando trânsito na instituição. Durante a audiência, alunos do curso superior de Tecnologia em Gestão de Trânsito e Transporte, da Unoesc, do campus de Videira, através do acadêmico formado pelo curso superior de trânsito da Univali e pós-graduado em Meio Ambiente, Gestão e Segurança do Trânsito, Antenor Cirtoli, entregaram um abaixo-assinado reivindicando a aprovação do substitutivo global a ser apresentado pelo deputado Dentinho na CCJ. (CA)

Comissão avalia portaria do Detran

A proposta do deputado Jorginho Mello (PSDB), de sustar a Portaria nº 204, do Detran (Departamento Estadual de Trânsito), que estabelece a obrigatoriedade de atendimento aos centros de formação de condutores por meio de um dos seus diretores, foi discutida, na manhã de terça-feira (14), na Comissão de Constituição e Justiça. Participaram o presidente



Magali, entre os deputados Jorginho Mello e Godinho, defendeu a medida

do Sindemosc (Sindicato dos Centros de Formadores dos Condutores de Santa Catarina), Murilo dos Santos, e a representante do Detran/SC, Magali Nunes Ignácio, que se manifestaram sobre o assunto.

Para Murilo, a Portaria "engessa a atividade" e existem funcionários que são qualificados para estas funções. Ele alertou para o transtorno que causará principalmente aos centros de Formação de

Condutores do interior do Estado, que muitas vezes precisam deslocar-se a distâncias superiores a 45 quilômetros até a Ciretran mais próxima. Murilo também questionou a legalidade da medida, pois iniciativas legislativas que estabeleçam novas regras no trânsito, devem ser de serem propostas pela União, e não por um órgão da União.

Argumentando que portaria

é uma "ação em favor do cidadão", a representante do Detran, Magali Nunes Ignácio, disse que se os CFC cumprirem todo o processo corretamente não haverá transtorno nenhum. Quanto à legalidade, segundo Magali, o Detran recebeu delegação do Contran (Conselho Nacional de Trânsito). "E estamos disciplinando apenas os problemas mais pertinentes, que deverão ser discutidos com os diretores. Os processos normais continuam sendo atendidos por funcionários", explicou. Ela afirmou ainda que houve muitas reclamações por negligência ou irresponsabilidade de terceiros. A matéria vai a análise do deputado Joares Ponticelli (PP) que já manifestou-se favorável à sustação da portaria. (SD)

Educação aprova semana comemorativa

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), na manhã de quarta-feira (15), aprovou a admissibilidade do Projeto de Lei nº 160/05, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que institui a Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa no Estado. Além disso, os integrantes da Comissão foram favoráveis ao substitutivo global, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), alterando projeto de origem governamental que, além de aumentar o número de membros suplentes de quatro para sete no Conselho Estadual de Educação, inclui os representantes do Sinte

(Sindicato dos Trabalhadores na Educação), UCE (União Catarinense de Estudantes) e Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação). Participaram também da reunião os deputados Celestino Secco (PP), Odete de Jesus (PL) e Ana Paula Lima (PT).

CPI da Udesc - Paulo Eccel também apresentou requerimento para que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto encaminhe expediente a todos os órgãos e entidades, nominados em uma lista no documento, para quem foi remetida cópia do relatório final da CPI da Udesc, solicitando a manifestação dos mesmos acerca das medidas de sua competência, que foram ou serão adotadas. (CA)

Fórum avalia propaganda na TV

(foto Solon Soares)

O Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia, presidido pelo deputado Paulo Eccel (PT), que desenvolve campanha pela valorização dos direitos humanos na televisão, realizou audiência pública na manhã do dia 6 para discutir a regulamentação da propaganda dirigida a crianças e adolescentes.

O evento contou com as presenças do autor do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), do deputado federal Mauro Passos (PT-SC), do presidente das Agências de Propaganda de Santa Catarina, Saulo José da Silva, da representante do colegiado do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lúcia Grisel Barreto dos Santos, da professora de Publicidade e Propaganda do Curso de Comunicação Social da Unisul, Maria Elizabeth Goidanich, da representante do Comitê para a Descentralização da Comunicação, Li Travassos, e da representante do Conselho Regional de Psicologia em SC, Cristine Cabral.

Eccel abriu os trabalhos informando que há três anos a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com instituições da sociedade civil, deu início à campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", cujo objetivo é defender uma mídia de qualidade na TV brasileira, incentivando a população a denunciar programas que desrespeitam a dignidade dos cidadãos.

O tema vem sendo discutido em todas as Assembléias Legislativas do país e especialmente agora, quando o debate vol-

ta-se para a regulamentação da propaganda dirigida às Crianças e Adolescentes.

Nos três anos de existência da campanha, segundo Fantazzini, mais de 15 mil reclamações já foram feitas e encaminhadas às emissoras de TV, ao Ministério Público e aos órgãos competentes e que várias ações judiciais foram impetradas pelo MP, direitos de resposta foram concedidos e programas foram reclassificados. "Devido à falta de diálogo com as emissoras - que só entendem a linguagem do lucro - esta é a estratégia que encontramos. Estratégia que vem dando resultados."

O deputado lembrou que no ano passado a ABA (Associação Brasileira de Anunciantes) se comprometeu a participar da iniciativa. Uma de suas afiliadas, as Casas Bahia, uma das maiores redes de anunciantes do país, garantiu que os comerciais da empresa não serão mais veiculados em programas que contenham cenas de violência, racismo, atentado violento ao pudor, discriminação aos homossexuais, bem como qualquer outro tipo de afronta aos direitos humanos. Fantazzini aposta na aprovação do Projeto de Lei nº 1.600/2003, que estabelece um Código de Ética para a TV Brasileira e cria a Comissão Nacional pela Ética na Televisão. Além disso, pretende discutir em audiências públicas uma proposta que proíba a propaganda dirigida às crianças e aos adolescentes: "Nossas crianças são tratadas como consumidores. As emissoras não estão cumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente", alertou.



Eccel - segundo à direita, durante o evento -, coordena a campanha em Santa Catarina

Debate - Conforme a professora do curso de Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda da Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina), Maria Elizabeth Goidanich, autora de tese de mestrado que aborda a criança na mídia, o merchandising e o que é mostrado nos desenhos infantis pode ser bem mais perigoso do que a propaganda aberta. A tendência, afirmou, é achar que as crianças são incompetentes e incapazes perante a mídia, mas por outro lado algumas são letradas e capazes de assistir e saber o que está acontecendo. "Temos que nos voltar para a educação para que as pessoas aprendam a ver televisão, isso fará com que a empre-

sa publicitária produza propagandas mais críticas", disse, acrescentando que "se levarmos os debates para as salas de aula, eles vão curtir descobrir as propagandas enganosas, permitindo com que raciocinem". O deputado Mauro Passos disse que a situação em Florianópolis pode ser considerada uma propaganda enganosa, já que muitos não têm a real noção do que está acontecendo na cidade. "A campanha tem como objetivo fazer aflorar esta discussão tão encoberta. A propaganda brasileira é de qualidade, de ponta. Por isso tem que ter uma fiscalização mais rigorosa. Ela é tão bem feita que a mensagem subliminar passa despercebida". (CA/DAB)

SC terá Sindec a partir de outubro

(foto Carlos Kilian)

A implantação do Sindec (Sistema Nacional de Informações e Defesa do Consumidor) será efetivada até o dia 25 de outubro. A garantia foi dada pelo diretor-geral da secretaria estadual de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dejour Vicente Pinto, na audiência pública requerida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), presidente da Comissão de Segurança Pública e realizada na tarde do dia 2, no Plenário. "Não há mais como deixarmos de implantar esse sistema. O que falta é o local para instalá-lo e já estamos providenciando a reforma do prédio", assegurou o representante do governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sindec é um software criado para integrar os órgãos de defesa do consumidor de todo o país e que possibilita a criação de um banco de dados nacional. Em junho do ano passado, o governo do Estado assinou convênio com o Ministério da Justiça para sua implantação, mas o Sistema ainda não está em funcionamento em Santa Catarina. Seis estados brasileiros já o implantaram. Segundo Dejour, o sistema ainda não foi implantado por problemas financeiros e de espaço físico.



Maior proteção ao consumidor como resultado

O gerente do Procon de Santa Catarina, Azizi Dib Neto, disse que o movimento de defesa do consumidor é um dos mais atuantes do Brasil. "Somos todos consumidores. A política pública de defesa do consumidor interessa a todos", declarou. Ele explicou que o Procon estadual é um órgão da Secretaria da Segu-

rança Pública e Defesa do Cidadão e que os órgãos municipais são autônomos, vinculados aos municípios.

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) destacou a importância do Sindec e defendeu a ampliação da área de atuação do órgão. "Os Procons deveriam atuar na área de transporte coletivo, também ana-

lisando as planilhas de custos das empresas para ver se os preços cobrados são justos", sugeriu. Dentinho lembrou, porém, que os consumidores também cometem falhas. "Quando há um consumidor mau pagador, o empresário vai descarregar o prejuízo nos outros consumidores que pagam corretamente", disse.

Municípios - Conforme o representante dos Procons municipais do Estado, Jean Daniel Pirollo, falta estrutura do órgão estadual para dar suporte aos municipais. Apesar do Procon estadual ter sido criado em 1988, segundo o procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, Antenor Chinato, pouco mais de 50 municípios catarinenses instalaram os seus. Nos últimos quatro anos foram criados 15 por iniciativa do Ministério Público através de ações junto às prefeituras municipais. Dois foram implantados por iniciativa dos municípios.

De acordo com a coordenadora do Sindec, Juliana Pereira, do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, o sistema vai promover a harmonização e otimização de dados e intercâmbio, consolidando a proteção ao consumidor e ampliando o acesso à informação. (MAP/GMP)

Processo permite otimizar investimentos

Graziela May Pereira
Tatiana Kinoshita

Do dia 6 ao dia 10, dez cidades abrangendo todas as regiões de Santa Catarina sediaram as audiências públicas do OR (Orçamento Regionalizado) deste ano. Em cada uma delas, foram eleitas três demandas nas áreas de segurança, infra-estrutura, saúde, educação, meio ambiente, desenvolvimento social e nove ações, já incluídas no PPA (Plano Plurianual 2004/2007), para integrar o Orçamento de 2006.

Desde 1997 o Legislativo tem a obrigação constitucional de realizar audiências nesse período do ano, reunindo lideranças e representantes da sociedade organizada para definir o que é necessário para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento em cada região.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), assinalou, durante a audiência de Criciúma, que conquistas importantes se dão pela perseverança e dedicação. "Se não participarmos do Orçamento Regionalizado e insistirmos junto ao governo, a sociedade não chegará onde quer. Os parlamentares darão continuidade aos trabalhos iniciados nas audiências públicas e cobraremos do Executivo que as prioridades escolhidas se tornem obras conclu-

ídas", enfatizou Garcia.

O presidente das comissões de Finanças e Tributação e do Orçamento Regionalizado, deputado Wilson Vieira Dentinho (PT), avaliou positivamente o resultado das reuniões, salientando que os participantes já sabem como proceder, o que facilita os trabalhos. Entretanto, o parlamentar também criticou alguns pontos que, segundo ele, deverão ser revistos já para o Orçamento Estadual 2006. Citou como exemplo o montante de recursos direcionados à regional de Ituporanga, campeã em verbas recebidas, superando Joinville, a maior cidade do Estado. "Sei que isso ocorreu porque Joinville fez pedidos menores e recebeu investimentos de pouco mais de R\$ 1 milhão. Já Ituporanga, cuja maioria das prioridades era construção e manutenção de rodovias, acabou recebendo mais de R\$ 93 milhões. Mas temos que rever a divisão da fatia do orçamento para que haja mais equilíbrio", argumentou.

Confira nas próximas páginas as prioridades eleitas pelos catarinenses.



Mapa das Audiências

(foto Carlos Kilian)



Deputados Dentinho e Julio Garcia (em pé)

Orçamento deve ser "impositivo"

Destacando a importância do ciclo de audiências, o líder da bancada do PFL, deputado Antônio Cerón, afirmou que o Estado está avançando para um orçamento determinativo e que a evolução do Orçamento Regionalizado é o fruto do trabalho que a Assembleia Legislativa vem fazendo. "É a melhor maneira de racionalizar os recursos que o Estado tem".

Outro assunto abordado durante os debates foi o "orçamento impositivo", que nada mais é do que um orçamento que obriga o governo do Estado a cumprir todas as metas estabelecidas na peça orçamentária. "Só assim poderemos ver cumpridas todas as metas que priorizamos nas regionais. Dessa forma, garantiremos as obras para todos",

afirmou o relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), deputado Dionei Walter da Silva (PT).

"Eu só vou acreditar no Orçamento Regionalizado quando ele for impositivo, ou seja, quando o governador for obrigado a cumprir as demandas que os municípios apontarem", resumiu o líder do PP, deputado Joares Ponticelli.

Já o líder do PT, deputado Paulo Eccel, mostrou em várias audiências um recorte de jornal com a manchete "Luiz Henrique define prioridades para Orçamento 2006". Durante a audiência em Rio do Sul, Eccel indagou: "O que nós estamos fazendo aqui?" Além disso, o parlamentar chamou a atenção para o efeti-

vo cumprimento do que é eleito pelos catarinenses. Conforme relatou, das 16 propostas feitas pelo município de Blumenau no ano passado, apenas quatro foram realizadas. Em Brusque, de 12 prioridades três foram atendidas e em Itajaí, apenas duas de um total de 11. "Apenas 0,3% do que foi decidido em 2003 entrou no Orçamento de 2004. Queremos que a Constituição seja cumprida e para isso a sociedade precisa pressionar", argumentou.

Descentralização - Se a oposição criticou as secretarias regionais e a descentralização, os governistas se basearam no grande número de participantes para sustentar a argumentação de que a população catarinense

aprovou o novo sistema do governo. "Antes, o Orçamento era decidido em quatro paredes, por tecnólogos. Com a descentralização, Luiz Henrique abriu espaço para a sociedade participar de seu governo, tendo a certeza de que suas prioridades serão atendidas na medida do possível", afirmou o deputado Manoel Mota (PMDB).

João Henrique Blasi, líder do governo, comentou que a presença da população mostra que a política de descentralização do governo está funcionando. "A população sabe que agora pode opinar e que a Assembleia não é um cartório onde os projetos são apenas aprovados. Por isso precisamos todos trabalhar em conjunto para que as prioridades sejam atendidas", avaliou.

Pavimentação asfáltica e educação lideram reivindicações

Se no ano passado a principal reivindicação nas regionais de Lages, Videira, Caçador, Chapecó e São Lourenço do Oeste foi a educação, solicitando a expansão da Udesc para outras regiões do Estado, este ano a campeã no ranking foi a pavimentação de rodovias estaduais. Das 16 regionais do Oeste, dez a elegeram prioritariamente. Outra campeã no Oeste e Serra catarinense foi saneamento básico, principalmente, redes de esgoto.

Também as regionais que abrangem o Litoral indicaram obras na área de infra-estrutura, com destaque para os pedidos de asfalto e de saneamento. Em 2004, só hospitais regionais foram pedidos três, em Araranguá, Jaraguá do Sul e Blumenau. Já as cidades de Joinville, Blumenau e Itajaí pediram melhorias na educação, incluindo a implantação de universidades públicas.

Este ano, a regional de Rio do Sul, Ituporanga e Ibirama elegeu a pavimentação asfáltica como prioridade, sendo unanimidade nos três municípios. Também na regional da Grande Florianópolis, que teve o direito de ter quatro prioridades, três foram referentes à pavimentação asfáltica.

Orçamento Regionalizado

Regionais de de Joinville, Jaraguá do Sul e Mafra

Data: 6/06

Cidade: Joinville

Cerca de 250 pessoas lotaram o Plenário da Câmara de Vereadores de Joinville. Presentes ao encontro, os deputados Wilson Vieira – Dentinho (PT), presidente da Comissão Organizadora do Orçamento e da Comissão de Finanças e Tributação, Dionei Walter da Silva (PT), Antônio Aguiar (PFL), Odete de Jesus (PL), Francisco de Assis (PT), Nilson Gonçalves (PSDB) e Simone Schramm (PMDB). Os secretários de Desenvolvimento Regional de Joinville, Manoel Mendonça, e de Jaraguá do Sul, Niúra Sandra Demarchi dos Santos, apresentaram vídeos relacionando obras realizadas no último ano.



Deputados Aguiar, Dentinho, Simone, Assis e Gonçalves

Prioridades para a SDR de Joinville

- Aumento da capacidade das rodovias que cortam o município e as suas medições, como a SC-415 (terraplanagem) e a construção da Rodovia da Costa do Encantado, que ligará a região a cidades turísticas como Itapoá e Barra Velha.

- Ações suplementares de apoio às comunidades rurais e pesqueiras através do desenvolvimento regional.

- Construção e ampliação da rede de ensino fundamental e médio através de parceria entre Estado e Município.



(fotos Carlos Kilian)

Deputado Dionei (em primeiro plano, em pé, à direita) durante trabalho dos grupos

Prioridades para a SDR de Jaraguá do Sul

- Ampliação do Hospital São José e Hospital Jaraguá, no município de Jaraguá do Sul, e Hospital Santo Antônio de Guaramirim.

- Construção de um aterro sanitário. Atualmente, os dejetos são transportados para o aterro de Brusque, segundo informou o deputado Dionei Walter da Silva.

- Construção de moradias para famílias de baixa renda.

Prioridades para a SDR de Mafra

- Implantação de agroindústria no meio rural.

- Recuperação da SC-301, principalmente no trecho próximo a São Bento do Sul.

- Ações e serviços de assistência à saúde.

Regionais de Lages, São Joaquim e Curitibanos

Data: 6/06

Cidade: Lages

A primeira audiência pública do Orçamento Regionalizado na serra catarinense e oeste, foi realizada no Anfiteatro Caverna no CAV (Centro de Ciências Agroveterinárias) da Udesc, em Lages.

Mais de 150 pessoas estiveram reunidas, juntamente com os deputados Antônio Ceron (PFL) e Francisco Küster (PSDB), representantes das SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regional) de Lages, São Joaquim e Curitibanos, o representante da prefeitura municipal de Lages, Walter Manfroi, vereadores, entidades representativas e sociedade organizada, além do assessor geral da Secretaria da Fazenda, Valdir Wilke.

Prioridades SDR de Lages

- Implantação de sistema de atendimento de radioterapia e ressonância magnética.

- Apoio à infra-estrutura municipal.

- Capacitação dos profissionais de educação.

Prioridades para a SDR de São Joaquim

- Aterro sanitário.

- Terraplanagem e pavimentação da SC-439, trecho Urupema/Grão-Pará.

- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

Prioridades para a SDR de Curitibanos

- Terraplanagem e pavimentação do trecho perimetral em Curitibanos da SC-457/BR-470.

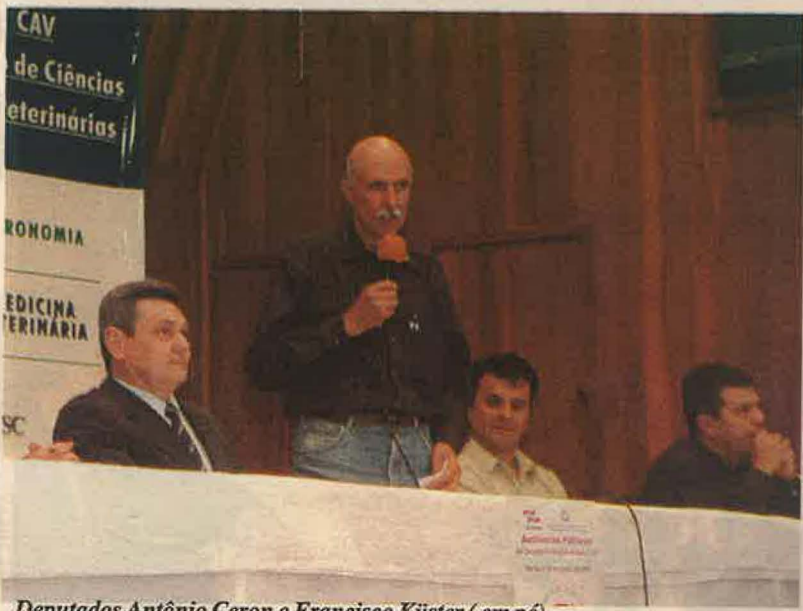
- Implantação ou adaptação de centros de referência regionais para atendimento em diagnóstico e terapia.

- Construção de espaços multiuso.



(fotos Kether Vieira Marcellino)

Lageanos querem apoio para realização de obras de infra-estrutura na cidade



Deputados Antônio Ceron e Francisco Küster (em pé)



Mais de 150 pessoas foram ao auditório do CAV, no Planalto Serrano

Orçamento Regionalizado

Regionais de Caçador, Canoinhas e Videira

(foto Kether Vieira Marcellino)

Data: 7/06**Cidade: Caçador**

Cerca de 150 pessoas se reuniram no Salão Nobre da Reitoria da UnC (Universidade do Contestado), em Caçador, para debater as três demandas e nove ações que serão incluídas no Orçamento Regionalizado de 2006. Caçador, Canoinhas e Videira fizeram a segunda audiência da Região Oeste, solicitando a construção de centros de eventos e a pavimentação de várias rodovias.

Além do deputado Antônio Ceron (PFL), que presidiu a audiência, estavam presentes os deputados Antônio Aguiar (PFL), Pedro Baldissera (PT) e Antônio Ceron (PFL), os secretários das SDRs de Caçador, Valdir Cobalchini, de Videira, Valdir Ruschel, e de Canoinhas, Benedito Therezio de Carvalho, o prefeito do município sede do evento, Saulo Sperotto (PSDB), vereadores, associações e sociedade organizada.



Grupo de trabalho durante análise das demandas

Prioridades para SDR de Caçador

- Terraplanagem e pavimentação de trecho perimetral norte de Caçador.

- Construção de centros de eventos (espaços culturais).

- Resgate da cultura do Contestado na região.

Prioridades para SDR de Canoinhas

- Implantação de hospital regional de atendimento em urgência/emergência.

- Implantação de núcleos habitacionais com lotes dotados infraestrutura.

- Criação de centros de eventos.

Prioridades para SDR de Videira

- Restauração e pavimentação da SC-303, trecho Videira/Capinzal.

- Construção de espaços multiuso para eventos regionais.

- Construção de estabelecimento penal.



Deputados Baldissera, Aguiar e Ceron na abertura do encontro

Regionais de Rio do Sul, Ituporanga e Ibirama

Data: 7/06**Cidade: Rio do Sul**

Cerca de 280 pessoas provenientes dos municípios de Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul e boa parte da região do Alto Vale do Itajaí, estiveram no auditório da Unidavi, na tarde do dia 7.

O presidente da Comissão Coordena-

dora do Orçamento, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), presidiu a reunião, acompanhado dos deputados Joares Ponticelli (PP), Ana Paula Lima (PT), Paulo Eccel (PT), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Dionei Walter da Silva (PT), Odete de Jesus (PL) e Rogério Mendonça - Peninha (PMDB). O prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus (PP), e o presidente da Câmara de Vereadores, Cláudio Cimardi (PMDB), também compuseram a mesa.

Os secretários regionais de Ibirama, Aldo Schaidler, de Ituporanga, Elias de Souza, e de Rio do Sul, Ernani Dutra apresentaram o trabalho realizado pelo governo estadual ao longo do ano.

Prioridades da SDR Rio do Sul

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho da SC-423 que liga os municípios de Taió e Mirim Doce até a BR-477.

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho SC-423 entre de Santa Terezinha e BR-470.

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão de diversos trechos de rodovias em Rio do Sul.

Prioridades da SDR de Ituporanga

- SC-428 - terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Imbuia e Leoberto Leal.

- SC-430 - terraplanagem, pavimentação, supervisão do trecho entre Chapadão do Lageado e Ituporanga.

- SC-426 - terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Atalanta e Ituporanga.

Prioridades da SDR de Ibirama

- SC-421 - terraplanagem e pavimentação do trecho entre Witmarsun e Vitor Meirelles.

- SC-491 - terraplanagem e pavimentação do trecho entre a localidade de Dalbérgia (Ibirama) e José Boiteux.

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre o município de Lontras e Rio do Sul.

(fotos Carlos Kilian)



As mais de 280 pessoas presentes apontaram obras nas rodovias como essenciais



Deputados Vieirão (segundo à direita), Peninha (ao microfone), Dionei e Dentinho

Orçamento Regionalizado

Regionais de Itajaí, Blumenau e Brusque

(fotos Carlos Kilian)

Data: 8/06

Cidade: Itajaí

Mais de 300 pessoas lotaram o auditório Martin Schmeling, no Porto de Itajaí, para acompanhar e debater as prioridades apontadas pelos representantes de Conselhos de desenvolvimento Regional, entidades representativas e sociedade organizada vindas dos municípios de Blumenau, Brusque e Itajaí. O presidente da Comissão Organizadora do Orçamento, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), presidiu a audiência que contou com a presença dos deputados petistas Dionei Walter da Silva, Ana Paula Lima, Paulo Eccel, Afrânio Boppré, e dos deputados Antonio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Rogério Mendonça (PMDB) e Odete de Jesus (PL).

O prefeito de Itajaí, Volnei Moras-

toni (PT) participou do evento representando os prefeitos da região. Os secretários regionais de Itajaí, José Olindino Koer, de Blumenau, Paulo Roberto Tesseroli e de Brusque, Jaú Sebastião de Amorim, apresentaram um resumo de obras e ações de suas secretarias no último ano. Os participantes se reuniram em grupos e rapidamente decidiram suas prioridades.

Prioridades da SDR de Itajaí

- Ação 2000. Construção do campus da Udesc em Balneário Camboriú.

- Auxílio a unidades municipais de assistência à saúde sem fins lucrativos conveniadas ao Sistema Único de Saúde.

- Construção e ampliação da rede pública de ensino fundamental.



Grupos elegeram construção de campus da Udesc em Balneário Camboriú



Deputados Dionei, Odete, Dentinho, Peninha, Ana Paula, Paulo Eccel e Vieirão

Prioridades da SDR de Brusque

- Implantação ou adaptação de centros de referência regionais para atendimentos, diagnósticos e terapia.

- SC 486- terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Botuverá e Vidal Ramos.

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão em vários trechos das rodovias municipais.

Prioridades da SDR de Blumenau

- Implantação de um hospital regional de atendimento em urgência

e outras especialidades.

- Conservação de Rodovias.

- Convênio de manutenção para o hospital Santo Antônio.

Regionais de Joaçaba, Concórdia e Campos Novos

(foto Kether Vieira Marcellino)

Data: 8/06

Cidade: Luzerna

A terceira audiência pública da região Oeste e Serrada foi realizada no auditório da Senai, em Luzerna, e reuniu representantes dos municípios abrangidos pelas SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regionais) de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba, onde cada região escolheu três demandas com prioridades que atendem suas necessidades.

Com cerca de 150 pessoas, a audiência contou com a presença dos deputados Gelson Merísio (PFL), Jorginho Melo (PSDB), Antônio Ceroñ (PFL), Romildo Titon (PMDB), Pedro Baldissera (PT), Francisco Küster (PSDB), da prefeita de Luzerna, Maria Carlesso Doré, os secretários das SDRs de Campos Novos, Justiniano F.C. de Almeida; de Concórdia, Idair Pedro Piccinin e de Joaçaba, Jorge Dresh; vereadores e lideranças da comunidade.



Parlamentares na mesa de abertura

Prioridades para a SDR de Campos Novos

- Terraplanagem e pavimentação da SC-456 em Vargem/Abdon Batista, Km 21.

- Apoio ao sistema viário municipal de Campos Novos.

- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

Prioridades para a SDR de Concórdia

- Terraplanagem e pavimentação da SC-453 trecho Lindóia do Sul - Irani.

- Construção de centroventoso de convenções.

- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

Prioridades para a SDR de Joaçaba

- Implantação de Hospital Regional com setor de emergência.

- Capacitação descentralizada de profissionais do ensino médio.

- Melhoramento da infraestrutura agrícola e pesqueira.



Implantação de um hospital na região figurou entre as mais votadas

Orçamento Regionalizado

Regional da Grande Florianópolis

Data: 9/06

Cidade: São José

O município de São José foi o anfitrião da 7ª audiência pública do Orçamento Regionalizado, no Litoral. Aproximadamente 400 pessoas, dos 13 municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR Florianópolis),

compareceram ao evento.

Participaram o presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Wilson Vieira - Dentinho (PT), os deputados Vanio dos Santos (PT), João Henrique Blasi (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Djalma Berger (PSDB), além do prefeito de São José, Fernando Elias (PSDB) e do secretário da Regional, Walter Galina.



Deputados Berger, Mota, Vanio, Dentinho e Blasi



Encontro em São José reuniu cerca de 400 pessoas

Prioridades da SDR da Grande Florianópolis

- Capacitação das áreas de conhecimento do ensino fundamental.
- Terraplanagem e pavimentação da BR-282 em Anitápolis.
- Capeamento asfáltico do trecho da SC-407, de São Pedro de Alcântara até a BR-101.
- Pavimentação asfáltica da SC-410 até o trecho da BR-101 entre Governador Celso Ramos e Armação da Piedade.

Regionais de Chapecó, Xanxerê e São Lourenço d'Oeste

Data: 9/06

Cidade: Chapecó

Cerca de 350 pessoas, em sua maioria estudantes, lotaram o auditório da UnoChapecó, em Chapecó, no dia 9, reivindicando programas de educação superior para desenvolvimento regional e mais bolsas de estudos, que deverão ser as prioridades incluídas no Orçamento Regionalizado de 2006.

Os 32 municípios participantes das regionais de Chapecó, Xanxerê e São Miguel d'Oeste se reuniram na penúltima audiência pública da Região Oeste, com a presença dos deputados Herneus de Nadal (PMDB), Francisco Küster (PSDB), Gelson Merísio (PFL), Dionei Walter da Silva (PT), Pedro Baldissera (PT), Gelson Sorgato

(PMDB), Narcizo Parisotto (PTB) e Jorginho Melo (PSDB), o representante do prefeito da cidade sede, Nemésio da Silva, os secretários das SDRs de Chapecó, Hélio Dal Pivo; de São Lourenço do Oeste, João Carlos Ecker, e de Xanxerê, Julio Bodanese, prefeitos e vereadores.

“Espero que estejamos aqui para melhorar o que for preciso e fazer o que falta”, disse Narcizo Parisotto quando agradecia a participação dos estudantes. Anexo às prioridades, ao final, a Comissão de Finanças recebeu um ofício do Movimento Udesc no Oeste, que pede a criação do curso de Medicina na Udesc, em Chapecó. O pedido se fundamenta em pesquisa realizada em Chapecó, com mais de 7 mil opiniões, que indicou o curso como um dos mais requisitados.



Deputados Dionei, Parisotto, Merísio, Herneus, Sorgato, Baldissera, Mello e Küster



Mais uma vez, grande número de estudantes participou das discussões

Prioridades para a SDR de Chapecó

- Construção de policlínica de referência regional para o atendimento em diagnóstico e terapia.
- Terraplanagem e pavimentação contorno leste de Chapecó.
- Conclusão de habitações urbanas isoladas ou em conjunto habitacionais.

Prioridades para a SDR de São Lourenço do Oeste

- Terraplanagem e pavimentação da SC-459, trecho Coronel Martins.
- Auxílio a unidades de assistência em saúde sem fins lucrativos conveniados ao SUS.
- Tratamento de efluentes do sistemas de abastecimento de água.

Prioridades para a SDR de Xanxerê

- Ampliação de rede de eletrificação rural.
- Apoio ao sistema viário municipal.
- Financiamento de habitação rural.

(fotos Carlos Kilian)

(foto Kether Vieira Marcellino)

Orçamento Regionalizado

Regionais de São Miguel d'Oeste, Palmitos, Maravilha e Dionísio Cerqueira

(fotos Kether Vieira Marcellino)

Data: 10/06**Cidade:** São Miguel d'Oeste

São Miguel d'Oeste encerrou o ciclo de audiências no Oeste e região serrana. No auditório da Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina), reuniram-se representantes de municípios abrangidos pelas secretarias com sede em São Miguel d'Oeste, Palmitos, Maravilha e de Dionísio Cerqueira.

O evento em São Miguel d'Oeste contou com a participação dos depu-

tados Herneus de Nadal (PMDB), Di-
onei Walter da Silva (PT), Gelson
Merísio (PFL), Jorginho Melo (PSDB)
e Pedro Baldissera (PT), dos secretá-
rios das SDRs de São Miguel d'Oeste,
Luís Basso, de Dionísio Cerqueira,
José Carlos Zandoná, de Maravilha,
Celso Maldaner, e de Palmitos, Adil-
son Zeni, além de prefeitos, vereá-
dores e estudantes. O prefeito de São
Miguel d'Oeste, João Carlos Valar,
destacou como a maior reivindicação
das regionais a implementação de um
Hospital Regional.



Auditório da Unoesc ficou lotado

Prioridades para a SDR de São Miguel d'Oeste

- Implantação do Hospital Regional.
- Criação de políticas públicas de agregação na agricultura familiar.
- Distribuição de cestas básicas de materiais de construção.

Prioridades para a SDR de Dionísio Cerqueira

- Implantação e estruturação de centros de referência.
- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.
- Construção de complexos esportivos.

Prioridades para a SDR de Palmitos

- Terraplanagem e pavimentação da SC-469 trecho São Carlos/Saudades, acesso a Cunhataí.
- Ações suplementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro.
- Apoio técnico e financeiro à organização e entidades comunitárias.

Prioridades para a SDR de Maravilha

- Reurbanização de áreas isoladas.
- Pavimentação da SC-471 do trecho Romelândia/Anchieta.
- Fomento para implantação de pequenas agroindústrias no meio rural.



Durante a abertura, o vice-presidente da Casa, Herneus, e demais parlamentares

Regionais de Criciúma, Tubarão, Araranguá e Laguna

(fotos Carlos Kilian)

Data: 10/06**Cidade:** Criciúma

A última audiência pública do Orçamento Regionalizado no Litoral foi realizada no auditório do Colégio São Bento, em Criciúma. Foram ouvidas e registradas as prioridades que os municípios de Criciúma, Araranguá, Tubarão e Laguna.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), o presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado e da Comissão de Finanças

e Tributação, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Clésio Salvaro (PSDB), Manoel Mota (PMDB), Joares Ponticelli (PP), Altair Guidi (sem partido), Genésio Goulart (PMDB) e José Paulo Serafim (PT) participaram do encontro que reuniu cerca de 180 pessoas.

O prefeito de Criciúma, Anderlei José Antonelli (PMDB), e os secretários regionais Acélio Casagrande (Criciúma), Ademir Mattos (Tubarão), Heriberto Afonso Schmidt (Araranguá) e Jatir Amorim (Laguna) também estavam presentes.



Garcia (ao microfone) e demais parlamentares

Prioridades para a SDR de Criciúma

- Hospital Regional de atendimento em urgência.
- Implantação da rede coletora (tratamento e destino final) de esgoto sanitário.
- Apoio às cooperativas e outras formas de associativismo.

Prioridades para a SDR de Tubarão

- Estruturar o Centro de Referência Regional para atendimento em diagnóstico e terapia.
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão da SC-440, no trecho entre Pedras Grandes e Orleans.
- Readequação das estruturas receptoras de dejetos de suinocultores e avicultura.

Prioridades para a SDR de Araranguá

- Hospital Regional com atendimento de urgência e demais especialidades.
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão da SC-450, de Praia Grande à divisa com o Rio Grande do Sul.
- Terraplanagem, supervisão, pavimentação da rodovia Interpraías, trecho que liga Laguna a Passo de Torres.

Prioridades para a SDR de Laguna

- Trecho de Jaguaruna à Barra do Camacho. Recuperação e desassoreamento do complexo.
- Terraplanagem, pavimentação, supervisão do trecho entre Garopaba/Paulo Lopes até BR-101.
- Implantação do Hospital Regional de atendimento em urgência e outras especialidades.



Evento aconteceu no auditório do Colégio São Bento

Contratos com a Casan

Legislativo vai aos municípios discutir abastecimento de água

As Comissões de Trabalho e Serviços Públicos e de Turismo e Meio Ambiente, presididas pelos deputados Afrânio Boppré (PT) e Sérgio Godinho (PTB), respectivamente, estão realizando audiências públicas, requeridas pelo deputado Paulo Eccel (PT), para discutir os problemas e buscar soluções para a abastecimento e distribuição de água em diversos municípios cujos contratos de concessão com a Casan estão terminando ou já terminaram.

A primeira audiência foi na noite do dia 3, em São João Batista. O problema maior para a cidade é a distribuição de água, já que alguns bairros ficam até 15 dias sem abastecimento. A renovação por 30 anos do contrato com a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), assinada em 2003 sem autorização da Câmara de Vereadores, foi um dos principais assuntos. O estabelecimento de um contrato que permita a administração compartilhada entre a estatal e a prefeitura, é um dos encaminhamentos para solucionar os problemas.



Comunidades estão exigindo soluções para o saneamento e água

O deputado Paulo Eccel (PT), proponente da audiência, explicou que recentemente encaminhou solicitação à Casan de uma nova adutora no município. Eccel está preocupado com o fato de o abastecimento de água estar deixando de ser administrado pelo Estado, já que várias prefeituras estão municipalizando o serviço. Ele acredita que o próximo passo é a privatização. "Não queremos que se repita o

caso da telefonia. A água é um bem público e tem que ter uma administração pública."

A população de São João Batista está pressionando para que o contrato seja rescindido, pela falta de investimento da Casan. O primeiro contrato da cidade com a Casan é de 8 de março de 1973. Segundo o prefeito Aderbal Manoel dos Santos (PP), o problema da falta de água já acontece há anos e nada foi feito quanto ao sanea-

mento básico. Santos também já manteve audiência com o presidente da Casan, Valmor de Lucca, que afirmou que São João Batista é um município de grande interesse para a empresa. Ele é contra a privatização. "A privatização só visa ao lucro, vai prejudicar o nosso município, e o interesse deve ser o bem-estar do cidadão. Esta será uma decisão muito pensada, pois a Casan tem um patrimônio no nosso município, investiu aqui. Pouco, mas investiu."

Sugestões - O presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, Celso Cim (PP), sugeriu a administração compartilhada, como já está ocorrendo em Indaial, envolvendo empresa e prefeitura.

Ricardo Martins, radialista, alertou para a necessidade de objetivar as situações. "Como pode não ter água em um município que tem água. Queremos que, com a mesma eficiência que a conta chega, chegue a água também. Quando começa efetiva-

mente o trabalho de distribuição e saneamento básico e o valor que vai ser investido?", questionou. O presidente da Associação Comunitária do bairro Krecher, Natalino Silveira, reafirmou que o maior problema é a má distribuição de água. "No nosso bairro tem casas que ficam até 15 dias sem água. Só recebem quando o caminhão-pipa passa para carregar".

Respostas - O diretor superintendente da região Norte e Vale do Itajaí da Casan, Vilson Renzetti, justificou que São João Batista passou a fazer parte de sua jurisdição há 20 dias. "Estamos aqui para tomar consciência do problema", assinalou, afirmando que a empresa é contra a privatização. Quanto ao esgoto, justificou que o custo da implantação da rede custa quatro vezes mais que a rede de água. Segundo o engenheiro da Casan, Jair Sartorato a reforma de uma das pontes do município está prejudicando o manancial do município. "A empresa tem para investir no município R\$ 1,4 milhão, conforme o diretor jurídico da empresa, Solon Sehn. (DAB)

Renovação de contrato centraliza discussões

A renovação ou não do contrato de concessão para exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico entre a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) e o município de Camboriú foi o principal tema debatido na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores da cidade na noite do dia 10.

O contrato entre a empresa e o município vence no próximo dia 25 de junho e a preocupação maior demonstrada pelos presentes é a possível municipalização dos serviços. O presidente da Câmara de Vereadores de Camboriú, Pedro Paulo Lorencetti (PMDB), defendeu a renovação do contrato com a Casan. "O município não teria condições de administrar esses serviços", justificou. Segundo o vereador Lucien Anderson de Aguiar (PMDB), o prefeito Edson Olegário (PSDB) já notificou a Casan de que não haverá renovação do contrato.

O vereador também informou que, em setembro, vence também o contrato entre a Casan e a cidade de Balneário Camboriú e que o prefeito estaria abrindo mão da renovação esperando que seja assinado um consórcio municipal, ou seja, um acordo de gestão compartilhada desses serviços entre os dois municípi-

os. "É preciso que seja realizada uma audiência pública com a população para que a prefeitura apresente, um modelo de gerenciamento desses serviços até a assinatura do consórcio", sugeriu.

Contrato - O diretor da Casan na região Norte e no Vale do Itajaí, Vilson Renzetti, representando o presidente da Companhia, Valmor de Lucca, disse que estão previstos investimentos na cidade de R\$ 10 milhões, em cinco anos, caso o contrato seja renovado. Seriam R\$ 2 milhões a serem investidos por ano na construção de um sistema de esgoto sanitário.

Camboriú não tem rede de coleta de esgoto. Já a água que abastece Camboriú e Balneário Camboriú é captada no primeiro município, mas tratada no segundo, de onde é distribuída para as duas cidades. "Não vou entrar na discussão de um contrato feito há 30 anos. Naquela época não se falava em esgoto e os muni-



Deputado Paulo Eccel (ao centro) solicitou audiências

cípios queriam a distribuição de água", argumentou Renzetti sobre a falta de uma rede de esgoto na cidade. "Mas se a necessidade de hoje é o esgoto, tem que se dar atenção a isso, então", emendou.

A Casan também propõe uma gestão compartilhada dos serviços entre ela e o município, em que este seria o executor das obras e a Companhia a financiadora. A proposta ainda inclui a criação de um Fundo Municipal de Água e

Esgotos, que receberia 50% do lucro líquido da Casan no município - um fundo rotativo contínuo para uso exclusivo do município na ampliação e melhoria dos serviços. Os outros 50% ficariam com a Casan, para subsidiar sistemas menores.

O presidente do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina, Odair Rogério da Silva, que acha que a municipalização dos serviços é um caminho para a privatização, disse apoiar a administração compartilhada. Porém, a

Câmara de Vereadores aprovou, recentemente, emenda à Lei Orgânica do Município que proíbe a privatização desses serviços.

Paulo Eccel lamentou a ausência do prefeito de Balneário Camboriú ou de seu representante. Ele destacou a importância de se discutir o tema, lembrando que 96% da população de Santa Catarina têm água tratada em casa, mas somente 6,5% estão ligadas a redes de esgoto. MAP)

Parlamentares avaliam denúncias de corrupção

Baseado no depoimento do presidente nacional do PTB, deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), o deputado Sérgio Godinho (PTB) foi até a tribuna na tarde do dia 15 para falar sobre a corrupção no país e a importância das denúncias feitas pelo parlamentar carioca. Segundo Godinho, o depoimento de Jefferson é fundamental para que o país comece a se reestruturar, pois o alto índice de corrupção está impossibilitando o crescimento do Brasil.



Sérgio Godinho

Para ele, o depoimento de Jefferson no Conselho de Ética da Câmara Federal, a respeito do mensalão, é um momento histórico na vida política do PTB, "pois a partir desse momento lançamos uma luta pela democracia", explicou.

O parlamentar destacou que "graças à imprensa estamos acompanhando esse momento histórico, e por isso faço questão de agradecer e parabenizar o papel que está desempenhando num momento que mostra a corrupção no país e busca-se através desse trabalho alertar para que a situação do país mude".



Vanio dos Santos

Repensar - Na opinião do deputado Vanio dos Santos (PT), as denúncias e revelações que estão sendo colocadas a público, nos últimos dias, envolvendo o governo federal, devem servir para que seus integrantes possam repensar estratégias e coligações. Para o parlamentar, toda esta

questão tem origem em três pecados capitais cometidos pelo governo Lula: ter construído uma correlação de forças baseada no Congresso Nacional, em vez de fazê-lo com a sociedade, ter aceitado a composição de alianças com "figuras conhecidas com envolvimento em denúncias, subestimando a direita e a elite" e, por último, a confusão que muitos dirigentes do PT fizeram ou fazem em ter poder e ser governo.

Vanio defende ainda que o momento é para "nós, integrantes do partido, convenceremos o governo federal a mudar os rumos do governo". Lembrou mais uma vez que a sociedade espera o que foi prometido - ética e transparência. Resaltou ainda o bom trabalho da Polícia Federal, que está prendendo juízes e prefeitos que roubam. O parlamentar espera que, se for o caso, se prenda também ministros que estiverem cometendo crime contra o bem público. (MOR/TM)

Investigações devem ser rigorosas

O deputado Paulo Eccel, líder do PT, disse no último dia 15, em Plenário, que pediu apuração rigorosa e punição exemplar dos culpados sobre as denúncias feitas pelo presidente do PTB, deputado federal Roberto Jefferson (PTB/RJ). "Tudo aquilo que se refere ao mau uso do recurso público, que é sagrado, tem que ser punido. Mas não podemos admitir que todos os filiados do PT sejam incluídos no mesmo nível das denúncias do deputado Roberto Jefferson", declarou. Segundo ele, o governo federal também tem interesse em que as denúncias sejam esclarecidas.

Eccel disse que o destaque que se está dando ao caso passa a impressão de que o problema aportou no

país somente agora. "Existem problemas de corrupção nas áreas públicas e privadas. Precisamos entrar numa cruzada para extinguir esse câncer", disse, citando a prisão dos donos da Schincariol, suspeitos de participarem do maior esquema de sonegação de impostos da história do país envolvendo uma empresa.

Para o deputado Francisco Küster, "o aumento da violência, entre outros casos de agressão à sociedade, estão diretamente ligados à corrupção que, através dos corruptos, tira o dinheiro do povo".

É lamentável que tenha chegado a este ponto, pois o povo não tem culpa e precisa ser respeitado. Por isso, sugiro que a Justiça tome providências e adote sua força para acabar com os corruptos", pediu o tucano.

Ao finalizar seu pronunciamento o parlamentar destacou a necessidade de ética para adquirir moralidade. "O melhor caminho para destruir os corruptos é confiscar os seus bens", sugeriu.



Francisco Küster

Licitação - Eccel também falou durante sua manifestação em Plenário sobre um aviso publicado no *Diário Oficial do Estado*, de 28 de abril, que não exige licitação para a compra de 36 espargidores (gás de pimenta) e 748 cartuchos calibre. 12 AM 403, para o curso de Direitos Humanos/SENASP, com a empresa Welser Itage Participações e Comércio S/A.

O aviso foi publicado pelo tenente-coronel Fernando Rodrigues de Menezes, então diretor interino de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar de Santa Catarina. "Gás de pimenta e cartuchos calibre, 12 para curso de Direitos Humanos?", questionou o deputado. (MAP/TM)



Paulo Eccel

Ana Paula faz defesa

Para defender o governo Lula de acusações feitas por parlamentares de outros partidos, a deputada Ana Paula Lima (PT), ocupou seu horário na tribuna, durante a sessão ordinária do dia 1º, para dizer que foi o governo que mais combateu a corrupção.



Ana Paula Lima

"Querem falar em fraudes em licitações? Este é um grave proble-

ma que atinge quase todos os municípios e governos estaduais. É só lembrar do caso recente da "máfia dos vampiros" que há 12 anos fraudava licitações no Ministério da Saúde, inclusive durante a gestão do José Serra (PSDB), titular daquela pasta, que somente foi desmantelada no nosso governo", desabafou. Nos últimos 10 anos, afirmou ela, PFL e PSDB "quebraram" o país. (DAB)

Goetten critica administração federal

O deputado Nelson Goetten (PFL) subiu à tribuna para tecer críticas as ações do governo federal, durante a sessão plenária de terça-feira (14). O pefelista afirmou que o PT passou 25 anos criticando as ações do PFL e do PSDB, acusando-os das mazelas do país. Entretanto, não vem cumprindo com a ética, com a transparência, com a concentração de terras e desigualdade social.

Ele acredita que os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como no atual governo. "Temos os maiores juros do planeta." Goetten também citou manchetes de jornais, nos quais Lula dizia que o deputado federal Roberto

Jefferson (PTB/RJ), que fazia parte do governo, era seu amigo íntimo e que dava um cheque em branco, assinado para ele, e dormia tranquilo. Em outro jornal ele disse: 'Olhem a minha cara de preocupado', mas ele estava enganado, está muito preocupado".

O parlamentar, que desabafou estar preocupado com a situação que o país enfrenta e sem a motivação para o debate, citou que o governo federal abriu



Nelson Goetten

de uma forma estarrecedora e vergonhosa "o balcão de negociações". (DAB)

Rejeitada proposta para reduzir recesso

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os parlamentares rejeitaram na tarde do dia 15, a subemenda substitutiva global, de autoria dos líderes de bancada, ao PEC 01/04, da bancada do PT, que previa a alteração do caput e o parágrafo 46 da Constituição Estadual, reduzindo o recesso parlamentar de 90 para 60 dias.

A proposta estabelecia que as sessões da Assembléia Legislativa ocorreriam de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro. Eram necessários 24 votos, ou três quintos do total de deputados com assento na Casa, para aprovar a alteração na Constituição catarinense, mas foram computados 19 votos a favor, cinco contra e três abstenções. (RV)



Proposta provocou divergências e intensos debates

Dentinho avalia encontro do OR

O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), que presidiu as audiências do OR (Orçamento Regionalizado) no Litoral, criticou em Plenário, na tarde de terça-feira (14), a participação de representantes do Executivo estadual nesses encontros. “Ao invés de discutir a questão orçamentária, o governo usou as audiências para fazer propaganda política, mostrando vídeos sobre o que já fez em Santa Catarina”, disse Dentinho. “O secretário regional da Grande Florianópolis, Válder Gallina, usou 52 minutos para fazer propaganda. Foi o recordista”, declarou o deputado.

A pouca participação da população também foi citada por Dentinho. “A média de 250 pessoas por audiência foi menor que no ano passado. Segundo ele, para haver uma participação maior no ano que vem, é preciso garantir a realização de uma audiência em cada uma das regionais do Estado.

Outro detalhe criticado pelo deputado foi a redução no número de demandas a serem priorizadas pelo Orçamento do Estado. No ano passado, eram cinco demandas, cada uma com três ações propostas; neste ano foram definidas três demandas, com três ações cada. “Isso desestimula a participação do público”, afirmou. O deputado também declarou que os conselheiros escolhidos para definir as prioridades eram orientados pelas secretarias regionais.

Dentinho exemplificou citando que em 2004 foram definidos o asfaltamento de algumas ruas em Joinville, mas que o governo destinou apenas R\$ 2 mil reais para as obras. “Isso não paga nem o projeto”, disse. (MAP)



Deputado Dentinho

Herneus está satisfeito com audiências

O vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), manifestou, na tarde de quarta-feira (14), sua satisfação com as audiências públicas do OR (Orçamento Regionalizado), que ocorreram em dez municípios durante a semana passada. Nadal exaltou que antes do governo

Luiz Henrique a Assembléia era a única a promover as reuniões com as comunidades para ouvir suas prioridades. “Mas agora podemos contar também com a presença do Executivo, que também comparece às reuniões através de seus secretários regionais e integrantes da Secretaria da Fazenda. Há alguns



Herneus de Nadal

anos, a peça orçamentária era elaborada entre quatro paredes, por três técnicos que discutiam sobre o destino e aplicação dos recursos públicos do Estado”, afirmou.

Herneus defendeu as audiências como um veículo de transparência e por isso os secretários regionais prestaram contas do

que foi realizado de 2004 até agora. “No próprio protocolo da Assembléia havia um espaço para as manifestações”, comentou. Conforme o deputado, o OR é importante para a sociedade acompanhar e opinar a distribuição e a racionalização dos recursos orçamentários. (TK)

Parlamento aprova condecorações para bombeiros

Os deputados aprovaram na manhã do dia 2, o Projeto de Lei nº 60/05, proposto pelo governo do Estado, que cria condecorações e título honorífico no Corpo de Bombeiros Militar. A proposta estabelece que o reconhecimento público deste órgão, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, aos bombeiros militares, militares, a civis e às instituições será manifestado através da outorga destas condecorações e destes títulos por lei, premiando os feitos relativos à corporação, mercedores de destaque e distinção.

Ficam criadas as seguintes condecorações: Comenda da Ordem do Mérito Imperador Dom Pedro II, Medalha de Mérito por Tempo de Serviço, Medalha de Mérito por Ato de Bravura, Medalha de Mérito Bombeiro Militar e Medalha de Mérito Intelectual.

Além disso, fica criado o título honorífico de Amigo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina aos militares federais, estaduais de outras corporações, aos civis e às instituições que, em razão de serviços prestados, tenham contribuído para o engrandecimento moral ou material do Corpo de Bombeiros Militar.

Outra iniciativa do projeto é criar o Conselho do Mérito Bombeiro Militar, a critério do comandante-geral da Corporação, tendo como função a análise e o julgamento das propostas para a concessão e cassação das condecorações e título honorífico, bem como a análise e homologação dos usos de condecorações, título ou outras honrarias recebidas por bombeiros militares fora da corporação. (RV)

Mota diz que tarifa é ilegal

O deputado Manoel Mota (PMDB), ao ocupar a tribuna na sessão da manhã de hoje (2), voltou a falar sobre a extinção da cobrança de assinatura para telefonia fixa, criticando o projeto que tramitou na Alesc, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT). Mota considera a matéria inconstitucional em âmbito do Legislativo estadual. Ele reforçou a ação do governador Luiz Henrique da Silveira em vetar a proposição e lembrou que foi autor de uma moção que foi enviada ao Congresso Nacional para que tomassem providências no sentido de acabar com essa cobrança, que considera ilegal.

“Depois que encaminhamos a moção para a Câmara Federal, soube que existem oito projetos para ex-

tinguir de vez com essa cobrança ilegal. A Folha de S.Paulo do dia 30 de maio veicula a notícia de que a extinção da cobrança de assinatura para telefonia fixa entrou na pauta da Câmara dos Deputados nesta semana, com duas iniciativas, que são a instalação de

uma comissão e a realização de um seminário marcado para hoje, a



Manoel Mota

partir das 16 horas, para tratar da matéria”, informou.

Mota disse que, segundo o jornal paulista, a comissão especial vai examinar o Projeto de Lei nº 5.476/01, do deputado Marcelo Teixeira (PMDB-CE), que acaba com a cobrança da assinatura e determina apenas o pagamento dos minutos e pulsos efetivamente utilizados. “O seminário deve gerar uma

proposta para a tarifa básica de telefonia”, concluiu. (CA)

Empréstimos a aposentados preocupam Merísio

As entidades financeiras que promovem empréstimo a aposentados foram novamente questionadas pelo deputado Gelson Merísio (PFL), na tarde do dia 1º. Segundo ele, 71% dos empréstimos a aposentados são destinados a pagamentos de dívidas de seus filhos. São 30 financeiras credenciadas e cerca de R\$ 5 milhões que já foram emprestados a aposentados. "O governo federal ainda não fez nada para corrigir o erro de colocar à disposição a listagem dos nomes dos aposentados para essas financiadoras. É uma forma enganosa de adquirir dinheiro", disse.



Gelson Merísio

O deputado ainda disse que boa parte dos aposentados já está percebendo o erro que cometeu. "É um assunto polêmico e deveria ser explicado melhor desde o início e não só agora. Se isso tivesse acontecido não teríamos hoje essa onda de aposentados comprometidos com empréstimos enganosos. Agora o governo federal proibiu o credenciamento de novas financiadoras. Mas agora isso não adianta", lamentou.

Em aparte, o deputado Antônio Ceron ((PFL), afirmou que as famílias só perceberão os prejuízos "lá na frente".

Moção pede solução para impasse sobre a BR-282

Depois da visita do ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Ubiratan Aguiar, no último dia 9, a Florianópolis, quando falou que a BR-282 não estava na lista de prioridades do governo federal, o deputado Romildo Titon (PMDB), presidente do Fórum Permanente de Defesa da BR-282, pediu apoio dos demais colegas para subscrever Moção aos deputados federais e senadores catarinenses para que intervenham junto ao Dnit (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) e ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para que a rodovia entre na lista de prioridades do governo federal.

Conhecida como a espinha

dorsal de Santa Catarina, a 282 é uma estrada de grande importância regional, e os trechos que ainda estão por ser pavimentados são de fundamental importância para as populações dos municípios que ela corta. "Depois de tanta discussão e audiências públicas, fomos a Brasília pedir uma decisão do TCU. Se for verdade que a rodovia não está nas prioridades, estaremos nos mobilizando em vão. Resolveríamos no TCU e não seria prioridade do governo federal. Se houver o acordo entre o TCU e a empreiteira, o ministro do TCU redige seu voto sobre o processo que envolve a BR-282, o processo entra em



Romildo Titon

pauta, o TCU vota e tudo pode estar resolvido". (DAB)

Duduco fala sobre manifestações

Na opinião do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco - (sem partido), a reivindicação dos estudantes pela redução nas tarifas do transporte coletivo da capital é justa, "mas está na hora de dar um basta". Para ele, os valores das passagens é abusivo. "Mas sou contrário à postura de alguns manifestantes que estão aproveitando a ocasião para depredar o patrimônio público", comentou.

Segundo Duduco, a população reclama com razão e ressaltou que "Florianópolis merece o título de capital da passagem de ôni-



Deputado Duduco

bus mais cara do país". Observou ainda, que não é válida a alegação de que o valor se jus-

tifica devido à qualidade dos serviços oferecidos no transporte. O parlamentar argumentou que não vê nada de especial nos ônibus que circulam por Florianópolis: "é igual a todas as grandes cidades".

Duduco protestou também contra a instalação de dezenas dos chamados "pardais" nas ruas de Florianópolis. "Lá vêm mais multas", observou o deputado, ao defender uma solução para baixar o custo das passagens do transporte coletivo, bem como a desativação desses sensores nas ruas da capital. (MOR)

DOS GABINETES

Urussanga e Indaial proíbem nepotismo

Aos poucos as portas fecham-se à prática do nepotismo em Santa Catarina, sinal de que vereadores e prefeitos percebem o anseio da sociedade, observa o deputado Afrânio Boppé (PT), autor de lei estadual contra o nepotismo, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça.

No dia 9, o prefeito de Urussanga, no sul do Estado, sancionou lei do vereador Luiz Henrique Martins-Cuíca (PT) que proíbe a contratação de parentes pelas autoridades municipais, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Em Indaial, foi finalmente aprovado, no último dia 3, projeto que o vereador Denilson Lana (PT), agora presidente da Câmara, insistentemente tentava ver aprovado nos quatro anos da legislatura anterior, sem êxito. Reapresentado em 2005, acrescido das assinaturas dos vereadores Lindomar Lindner (PT) e Mário Withoef (PP), ambos integrantes da mesa, obteve os votos necessários e encontra-se aguardando sanção do prefeito Olímpio Tomio (PT). Antes, no dia 10 de maio, dois assessores de gabinete da Câmara Municipal foram exonerados porque sua nomeação configurava nepotismo. (CR)

Godinho entrega relatório sobre enchente

O deputado Sérgio Godinho (PTB) entregou cópias do relatório sobre a enchente de maio de 2005 ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao prefeito de Lages, Raimundo Colombo (PFL). O relatório apresenta cadastro das famílias de oito bairros atingidos pela enchente, além de fotografias aéreas e de casas invadidas pelas águas após a enchente, retratando os momentos em que as famílias ainda se ocupavam da limpeza de suas moradias e de seus pertences.

Há também alguns depoimentos de moradores e lideranças comunitárias, um dos quais denuncia a falta de vontade política para a promoção do remanejamento de famílias residentes em áreas ribeirinhas e que já haviam sofrido o alagamento de suas casas quando da ocorrência de outras enchentes. A denúncia feita por um presidente de associação de moradores relata que "lideranças comunitárias reivindicaram, neste ano, o remanejamento de um grupo de famílias residentes à margem do rio Ponte Grande para uma área alta do bairro Caravaggio, sendo que outras famílias que não residiam em área de alagamentos foram contempladas com os terrenos".

Para Sérgio Godinho, "uma das saídas para minimizar os efeitos das enchentes será a retificação do rio Cará e Ponte Grande, no trecho em que eles deságuam no rio Caveiras". Pelos dados colhidos pelos presidentes das oito associações de moradores que se integraram ao Movimento dos Atingidos pela Enchente, criado por iniciativa do deputado Sérgio Godinho, 369 famílias tiveram prejuízos, sendo que 44 delas perderam tudo o que tinham em suas residências. Somados os valores dos bens perdidos pelos flagelados - de acordo com preços de mercado -, o prejuízo é de aproximadamente R\$ 422 mil (incluindo madeira para reforma das casas).

Em entrevista às emissoras de rádio de Lages, o deputado e a presidente da Comissão dos Atingidos pela Enchente de Maio de 2005, Olímpia Susin Buogo, lançaram campanha de doativos aos flagelados. Para as doações (cestas básicas, móveis, madeiras, eletrodomésticos etc), o telefone a ser contatado é: (049) 224-1857. (IRM)

Centro orienta população sobre intoxicações

Magda Audrey Pamplona

Você sabe o que fazer se sofrer algum tipo de intoxicação ou picada de animal peçonhento? O CIT/SC (Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina) há 21 anos orienta a população do Estado sobre quais procedimentos tomar em casos como esses. O Centro, localizado no Hospital Universitário, em Florianópolis, mantém um serviço de plantão durante 24 horas por dia, onde presta informações pessoalmente ou por telefone a médicos ou à população em geral sobre como prevenir, tratar ou diagnosticar os vários tipos de intoxicações.

O CIT foi implantado em 1984, através de um convênio entre a Secretaria Estadual da Saúde, UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Desde 30 de janeiro de 2003, pela Lei Complementar nº 243, o Centro foi vinculado à Diretoria de Vigilância Sanitária, passando a fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria da Saúde, mas mantendo a parceria com a Universidade Federal.



Aranha armadeira: venenosa

Em 20 anos de funcionamento, entre 1984 e 2004, o CIT registrou um total de 83.014 atendimentos (18.006 foram pedidos de informação, 64.068 casos de intoxicações em humanos e 940 em animais). "Setenta por cento das pessoas que ligam para

o CIT pedindo informações ou instruções de como proceder diante de casos de intoxicação são médicos", disse a coordenadora, Marlene Zannin. Nos últimos 10 anos, apenas cinco municípios catarinenses, do total de 293, não fizeram contato com o Centro.

"Quando o paciente não viu o animal que o picou, o médico liga para o CIT/SC e nós o orientamos sobre o diagnóstico e o tratamento", exemplificou Marlene Zannin, explicando que através dos sintomas é possível determinar o provável animal causador do problema.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Paciente procurou o Centro por suspeita de picada de aranha



Marlene Zannin, coordenadora do CIT

Estrutura de atendimento é eficaz

Pelo telefone 0800-6435252, que pode atender três ligações ao mesmo tempo, o serviço está disponível 24 horas por dia, com um banco de dados *on line* com mais de 2 mil substâncias cadastradas, bases de dados em toxicologia para consultas, acervo bibliográfico informatizado com mais de 3 mil títulos, um banco de antídotos e soros antivenenos e uma coleção com as principais espécies de animais peçonhentos.

Além de Marlene Zannin, que é farmacêutica, doutora em Toxicologia e professora da UFSC, a equipe do Centro de Informações Toxicológicas conta também com mais duas farmacêuticas, duas médicas e estudantes de Medicina, Farmácia, Biologia, Informática e Biblioteconomia. "No plantão sempre temos, no mínimo, três pessoas atendendo. Nos finais de semana há sempre um profissional de sobreaviso para assessorar os estudantes", explica a coordenadora do Centro.

O CIT não apenas orienta a população e os profissionais da saúde sobre os casos de intoxicação, mas também desenvolve outras atividades como a coleta de dados para estudos epidemiológicos, identificação de animais peçonhentos, pesquisas, cursos, palestras, treinamentos, orientação de trabalhos acadêmicos, elaboração de material informativo e reuniões científicas mensais. "Entre fevereiro e maio, treinamos cerca de 130 pessoas aqui no CIT, entre médicos, enfermeiros e farmacêuticos. O curso tem como objetivo orientar e capacitar os participantes em toxicologia de urgência", explica Marlene Zannin.

Lei nº 13.175

Em 29 de novembro de 2004, o governador sancionou a Lei nº 13.175, que institui 14 de maio como o Dia Estadual de Prevenção de Acidentes Tóxicos no Estado de Santa Catarina. Esta proposta foi feita em projeto de lei apresentado pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), por ser a data de fundação do CIT/SC.

Causas das intoxicações



Estudantes compõem grande parte da equipe do CIT

A principal causa de intoxicações, segundo os registros da instituição, são os acidentes com animais peçonhentos. Entre 1984 e 2004, o Centro registrou 28.417 casos de acidentes com humanos e 282 com animais. Entretanto, a coordenadora estima que um número ainda maior de intoxicações ocorre por ingestão de medicamentos. "Um médico que atende um caso de acidente com animal peçonhento é obrigado a notificar o caso, obrigatoriedade que não existe no caso de intoxica-

ção por medicamentos", explica Marlene Zannin. "Do consumo geral de remédios, 80% ocorrem por meio de automedicação", enfatiza.

Os números oficiais do CIT apontam 12.842 casos de intoxicação por medicamentos em humanos e 71 casos em animais, em 20 anos. Os outros tipos de intoxicação mais comuns são por agrotóxicos, seguidos por produtos domissanitários (utilizados em casa), produtos químicos industriais, raticidas, plantas/cogumelos e alimentos.

Dicas

- Mantenha desinfetantes, combustíveis e produtos de limpeza fora do alcance das crianças;
- Nunca reutilize embalagens e frascos de produtos de limpeza para guardar alimentos ou bebidas;
- Não guarde produtos perigosos em embalagens de alimentos, garrafas de refrigerantes, potes, frascos vazios, etc;
- Os medicamentos devem ser guardados fora do alcance das crianças e em armários trancados;
- Utilize medicamentos somente com orientação médica. Evite tomá-los no escuro ou associados com álcool;
- Nunca reutilize as embalagens de agrotóxicos, pois, mesmo com uma lavagem vigorosa, resíduos desses produtos não são eliminados totalmente;
- Os agrotóxicos devem ser utilizados com muito cuidado, pois também são perigosos às pessoas e aos animais domésticos;
- Não compre raticidas (na forma de chumbinho) de vendedores ambulantes;
- Utilize somente produtos registrados no Ministério da Saúde ou da Agricultura;
- Examine roupas, calçados, cobertores e outros objetos de uso pessoal para evitar picadas de cobras, aranhas, escorpiões e lagartas;
- Oriente as crianças a não brincarem com plantas e jamais colocá-las na boca.

Fonte: CIT/SC